

O lento processo da renegociação

Dívida externa

O ministro da Fazenda regressou dos Estados Unidos com a esperança de que, em breve, o Brasil possa firmar o acordo com os bancos credores estrangeiros. Seu otimismo é justificável. O sr. Mailson da Nóbrega, cuja atuação na pasta da Fazenda mudou o clima da renegociação, conseguiu reunir 300 pessoas (cada uma das quais pagou 400 dólares para participar de um seminário no Hotel Intercontinental) interessadas em ouvi-lo discorrer sobre a conversão da dívida externa em capital de risco. Não há dúvida, porém, que qualquer motivo serve aos credores de pretexto para retardarem a decisão final, pois todos aguardam não só o término dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte como também o acerto inicial do acordo do governo brasileiro com o FMI.

O ministro declarou: "Nós estamos muito próximos de um acordo com os bancos, só dependemos agora de algumas questões técnicas e jurídicas". Na verdade, fizemos uma parada técnica para examinar a situação. Segundo o ministro Mailson da Nóbrega, já estão resolvidas as questões fundamentais, como a definição do *carve out* (extensão do novo spread a parte da dívida), re-

programação dos juros, *releasing* (uso dos empréstimos depositados no Banco Central). Alguns economistas consideram, porém, que o montante do refinanciamento ainda não foi inteiramente acertado, pois certos bancos estrangeiros questionam o montante das necessidades de *new money* do Brasil, em razão dos excelentes resultados que apresentou nossa balança comercial nos primeiros meses deste ano.

A cada dia nosso governo anuncia uma nova conquista: agora, o prazo das linhas de crédito comerciais e interbancárias, que era apenas de um ano, foi estendido para dois anos e meio. Mas o "varejo" da renegociação ainda continua pendente.

A morosidade explica-se por diversas razões. Uma delas é que os credores ainda aguardam o pronunciamento do FMI a respeito da negociação deste com o Brasil. Essa negociação só se iniciará, porém, formalmente, em maio próximo, quando uma delegação de economistas do organismo internacional visitará o País. Espera-se que até lá o governo complete seu programa de ajustamento da economia. Novos cortes no orçamento deverão ser decretados quando o orçamento

deste ano for reformulado, de modo a mostrar-se mais realista com a inflação, anteriormente estimada em 120%. Ora, não se deve esquecer que quanto mais alta é a inflação, tanto maior é o déficit, e que, por isso, novos cortes serão necessários. Como a missão do FMI só virá em maio, dificilmente o acordo será feito antes de junho, ou julho. Quanto aos bancos, espera-se que fechem o acordo antes dessa ocasião, para que não sobrevenham novas e sérias dificuldades para a economia nacional. Outrossim, espera-se que os credores se contentem com uma palavra favorável do diretor-gerente do FMI, sr. Michel Camdessus, dizendo que as negociações estão bem encaminhadas.

A demora do acerto com o FMI interessa, indiretamente, ao Brasil. Com efeito, o organismo internacional obteve o assentimento do Comitê Interino para dar maior flexibilidade a sua política de crédito, aumentando o prazo dos créditos *stand by* e concedendo maiores empréstimos compensatórios. O problema é saber se o FMI conseguirá introduzir logo tais inovações.

Tudo indica que os credores estão aguardando a conclusão dos

trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte. Espera-se, todavia, que não irão aguardar até o fim e que queiram conhecer apenas o conteúdo do capítulo relativo à ordem econômica (notadamente a conceituação da *empresa estrangeira*). Se não se contentarem com isso, teremos de esperar ainda muito tempo.

Convém frisar que enquanto não consolidar suas relações com a comunidade financeira internacional, o Brasil terá de vencer sérias dificuldades para controlar seu déficit e estabelecer as bases de uma política econômica que o impeça de mergulhar numa profunda recessão. Cada semana perdida torna mais difícil a definição dessa política. Entretanto, crescem também as pressões inflacionárias. Não se deve esquecer que a renegociação com os bancos e com o FMI constitui apenas uma etapa, e que mais importante será o acordo com o Clube de Paris e o governo japonês, que dará ao País condições de aumentar suas importações de bens de capital sem onerar a balança comercial. Por isso, é necessário que o atual processo de renegociação adquira maior dinamismo, sob pena de o Brasil ficar encravado.

19 ABR 1988